

Efervescência no Senado

Mauro Benevides*

O quadro de turbulência no Senado perdura, com agravamentos inevitáveis, sem que se preveja a superação, embora sejam muitos os que se empenham em obtê-la, nas próximas horas. O adiamento da análise do processo, envolvendo o Senador Renan Calheiros começa a registrar insatisfação entre os peemedebistas, mesmo com alguns deles em flagrante disputa interna para sucedê-lo, no importante cargo. O vice Tião Viana comporta-se no limite da interinidade, sem apoio suficiente para organizar a ordem do dia, dela fazendo constar as duas rumorosas questões: a do representante alagoano e a da CPMF. Os oposicionistas, apesar das supostas fissuras, buscam espaços regimentais para delongar os dois procedimentos, que guardam flagrante vínculo, de vital significância para o Planalto. Há quem entenda, como primeira matéria o caso Renan, pelo assédio ininterrupto da mídia e pelas interpretações ao sabor de tendências emergentes, deixando o PMDB atônito, sem o vislumbre de alternativa viável, de pronta exequibilidade. A CPMF, por sua vez, acha-se distante do cômputo de 49 votos, mesmo com a perspectiva de redução gradual da alíquota de 0,38%, reclamada por segmentos ponderáveis da opinião pública. O presidente Lula mantém-se atento ao evolver das articulações, passando a ouvir os pais da Pátria, com paciência e ternura, aliviando-os da continuada pressão das bases eleitorais. O titular da Fazenda, Guido Mantega, em afirmações pa-

Guido Mantega, em afirmações patéticas, assegurou serem imprescindíveis, para a continuidade das políticas públicas, os R\$ 40 bilhões da CPMF

”

téticas, assegurou serem imprescindíveis, para a continuidade das políticas públicas, os R\$ 40 bilhões do chamado imposto do cheque. A dilemática encruzilhada ainda não detectou os sinais de definição concreta, perdurando o impasse que atormenta o bloco de sustentação do primeiro mandatário do País. Esperemos que se acenda a luz da esperança no final do túnel do tempo, caminho situado entre o plenário e os gabinetes senatoriais. A cada instante, porém, despontam fatos que desorientam os mais argutos observadores, os quais buscam identificar o rumo atualizado dos controvertidos acontecimentos. Na Câmara, os situacionistas assumem a postura de embargadores das medidas provisórias, mantendo-as distantes de um breve encaminhamento à outra Casa do nosso Parlamento. A desconexão das

bancadas impede que se processem interpretações corretas, numa sucessividade exegética que a todos atormenta indiscriminadamente. A grande expectativa continua a desdobrar-se entre a sorte de Renan Calheiros e da CPMF, esta com os seus quarenta bilhões, considerados indispensáveis pelo Executivo, na execução de políticas ministeriais inadiáveis. Ninguém se arrisca a quaisquer vaticínios, sem que sejam interpretados adequadamente as versões mais recentes. Pode ser que, na semana entrante, em pleno mês de dezembro, consigamos deslindar as duas pendências, ora referenciadas. Até lá, a contagem oscilante dos votos vai sofrendo novas avaliações, que o painel confirme ou não, favorecendo ou invalidando os citados questionamentos. A classe política nunca se movimentou com tanta imprecisão, como na presente conjuntura. Aguarde-se, pois, o sufrágio dos engolfados neste julgamento histórico, apesar de haver uma ansiedade de que a solução surja nos próximos dias, com o desimpedimento da pauta no Senado Federal. Enquanto isso, as atenções convergem para os colegas de Tião Viana, mobilizados em duas correntes que se defrontarão no Plenário, sob as vistas atentas do Poder Executivo. É tempo de encontrar-se definição improrrogável, a fim de evitar a paralisação iminente das ações oficiais, ante a perplexidade que tomou conta de todas as nossas forças conscientizadas da sociedade.

■ (*) Mauro Benevides é jornalista e deputado federal pelo PMDB do Ceará